



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9268 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

PAULO FREIRE E SUJEITOS JOVENS E ADULTOS: CONSCIENTIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE OPRIMIDO

Tito Marcos Domingues dos Santos - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNE/Faperj

PAULO FREIRE E SUJEITOS JOVENS E ADULTOS: CONSCIENTIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE OPRIMIDO

Resumo:

Este texto, resultante da análise das transcrições da pesquisa realizada pelo programa de Pós-Graduação de uma universidade brasileira, com sujeitos jovens e adultos que não completaram a educação básica, tem como objetivo, problematizar, como a conscientização por parte dos indivíduos poderá contribuir para elaboração do discurso em que se esteja explícito o reconhecimento, por parte dos sujeitos jovens e adultos, de sua condição de oprimido. Como referencial teórico, utilizamos parte das concepções pedagógicas de Paulo Freire para sustentar a ideia de que, enquanto o oprimido não se reconhecer como hospedeiro do opressor, não poderá haver conscientização. Concluímos que os sujeitos da pesquisa, com maior conscientização em relação ao seu estágio de opressão, eram lideranças comunitárias e engajadas com alguns movimentos sociais.

Palavras-chave: Paulo Freire. Conscientização. Oprimido. Sujeitos Jovens e Adultos

A constituição brasileira de 1988, somada às políticas norteadoras, afirmadas em organismos multilaterais, contribuíram para direcionar o direito à educação para todos (SHIROMA, 1990, p.48). Fizeram com que as matrículas na modalidade de EJA fossem ampliadas. Porém, é justo enfatizar que o Brasil possui uma grande dívida com os sujeitos jovens e adultos que foram impedidos de usufruir do direito à escolarização e não concluíram a educação básica.

Entre os indivíduos que não conseguiram completar a educação básica em decorrência de inúmeros fatores que tiveram, tendo como sua base histórica principal a desigualdade social, encontram -se vinte e cinco sujeitos pertencentes a grupos sociais e étnicos, tão desassistidos pelo Estado, entre estes, sujeitos, como: pessoas moradoras e trabalhadoras de assentamentos quilombolas, pessoas indígenas assentadas, pessoas pertencentes a assentamentos rurais direcionados e apoiadas pelo Movimento Sem Terra (MST), pescadores e pessoa em situação de rua.

Esse compõe o grupo de sujeitos de uma pesquisa realizada numa universidade brasileira, em que sua primeira etapa teve terminalidade em 2019 e forneceu os dados para construção deste texto. Teve como desenvolvimento metodológico: leitura minuciosa das transcrições das vinte e cinco narrativas dos sujeitos participantes, não concluintes da educação básica, e, posteriormente, seleção das falas de cinco entrevistados para se fazer a análise dos dados.

Ao analisarmos os dados, constatou-se que, apenas dois desses entrevistados, apresentaram um discurso onde se encontrava embutido a concepção de que, a ausência do Estado e de políticas públicas contribuíram para a não terminalidade da educação básica. É notório perceber, coincidentemente que, os dois sujeitos são lideranças comunitárias entre seus pares e estão direto e indiretamente envolvidos com os movimentos sociais. Trata-se de um líder quilombola e de um vice cacique.

Por mais que os demais entrevistados tivessem relatado em suas falas, alguns dos motivos que, durante o percurso de vida escolar, os levassem à evasão e à falta de condições para a não terminalidade da educação básica, a grande maioria dos entrevistados apontou o insucesso e/ou término precoce dos estudos como uma consequência da falta de recursos materiais e da falta de incentivo por parte da família. O discurso centralizado na própria escolha e na autodeterminação, superou as concepções que apontassem as causas históricas, econômicas, políticas e sociais da desigualdade, que há muito tempo têm influenciado na segregação educacional do Brasil.

Como referencial teórico, utilizamos de concepções pedagógicas de Freire (2001), principalmente, ao considerarmos que: “Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominante [...]” (FREIRE, p.34) não se dão conta de que a desigualdade social independe da própria vontade dos sujeitos, mas sim, é fruto de um sistema em que os interesses econômicos imperam, em detrimento da demanda humana.

Sendo assim, ao analisarmos o discurso dos três entrevistados que não são lideranças, percebemos a centralidade dominante em suas falas: o sucesso ou o não sucesso da vida escolar, recai, unicamente, ao indivíduo, e não, à sociedade desigual. Portanto, neste texto, para preservarmos o anonimato dos 3 (três) sujeitos entrevistados, os chamaremos de Senhora MC, Senhor NO e Senhor JU.

Ao perguntarmos à moradora de um assentamento quilombola, se a vida havia sido justa consigo, a entrevistada responde da seguinte forma: “Eu acho que foi, eu não tenho nada que reclamar da minha vida. Eu não reclamo de nada, porque eu, graças a Deus, tô aqui [...]” (Senhora MC).

Num outro lócus da pesquisa, ao ser indagado se a vida havia sido justa consigo em virtude da falta da conclusão da educação básica, o Senhor NO, morador de um assentamento sem-terra, respondeu: “Foi, porque eu soube me virar bem, né! Entendeu? Eu com pouco estudo mesmo, mas o que manda é a inteligência também! A pessoa ser lutador! Encarar tudo! [...]” (Senhor NO).

E, ainda, no terceiro lócus, ao se perguntar ao Senhor JU, de um outro assentamento, se houve alguém responsável pela sua situação, o entrevistado responde: “É, realmente para mim, na minha opinião, foi uma coisa da vida pelo seguinte: você sabe, você tem uma família, depende dela. Você depende dessa família [...]” (Senhor JU).

Portanto, por mais que esses três sujeitos entrevistados tivessem se expressado de forma a transparecer sua dor e/ou sofrimento, (SAWAIA, 2001, p.102), diante da não terminalidade da educação básica, em suas narrativas como um todo, houve a ausência de conscientização para perceber-se como “acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora [...]” (FREIRE, 2001, p.32).

No entanto, diferentemente do discurso desses três entrevistados, iremos demonstrar a concepção de outros dois, que chamaremos aqui, com o intuito de resguardar o sigilo da pesquisa, de Senhor R, liderança de um quilombo e o Senhor A, vice cacique de uma tribo indígena. Importante destacar que esses sujeitos deixaram transparecer o reconhecimento de que o Estado não contribuiu, através de suas políticas públicas de distribuição de renda e de acesso à educação, com as provisões materiais e culturais para que conseguissem terminar a educação básica. Essa realidade é reconhecida pelo Senhor A, ao narrar o longo processo de luta e resistência para a preservação da existência e da cultura indígena: “E hoje eu tô aqui para falar de uma cultura milenar, que é a cultura viva [...] que hoje, o país não quer reconhecer, isso foi desde 1500 [...]”.

Em sua narrativa, o vice cacique demonstrou as peculiaridades da cultura indígena e a demanda por uma educação diferenciada e que o Estado capitalista insiste em não contemplar em sua plenitude. Sua conscientização foi expressa ao afirmar: [...]A gente tem que trabalhar diferenciado. Mesma coisa, lá fora, se eu for, eu vou ter que falar diferenciado [...] por isso, a educação tem que ser diferenciada[...] (Senhor A)

De forma semelhante, no que tange ao reconhecimento de que o Estado e o sistema capitalista têm deixado de prover os bens materiais, culturais e assistenciais para que diferentes grupos sociais possam concluir a educação básica, o Senhor R, ao ser indagado se a vida havia sido justa consigo, respondeu do seguinte modo: “Mesmo tendo terminado a escravidão, a vida tem sido muito injusta comigo. Mesmo com o sistema de cotas, os problemas de discriminação enfrentados pelo negro, ainda não foram resolvidos[...]

Neste pressuposto, percebe-se que, na medida em que o sujeito passa a se conscientizar, desenvolve a sua percepção da condição de oprimido e, posteriormente, percebe que foi lesado em sua dignidade humana. A condição de opressor faz com que os grupos dominantes da sociedade de classes sejam comparados aos “parasitas”, em que precisam se *hospedar* num outro organismo vivo para sugar dos dominados, o lucro excedente da força de trabalho, impor sua cultura hegemônica e os valores dominantes, desprezando, assim, as diferentes demandas materiais, culturais e educacionais dos oprimidos. Por isso, Freire (2001, p.32) esclarece que “[...]somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora[...]

 (FREIRE, 2001, p.32).

Porém, as condições estruturais da sociedade cerceada pela influência do grande capital, da cultura dominante e de todo processo histórico que resultou na desigualdade social, é imperceptível àqueles que não se identificam, ainda, como *hospedeiros do opressor*. Infelizmente, nem todos que não concluíram a educação básica e que ainda amargam a insuficiência de acesso aos bens materiais e culturais necessários para o exercício pleno da cidadania, com liberdade e dignidade humana, se reconhecem como oprimidos. Ainda mais que o sistema capitalista, desde muito tempo, tem utilizado de sua sutileza para transparecer que todos estão tendo as mesmas oportunidades e que todos têm “vestido a mesma camisa”. Essa terrível realidade levou Glass (2013, p.837) a escrever que:

Negar a influência da cultura dominante e o poder encantador dos artifícios estruturais que sustentam o sistema capitalista não é adequado para construir uma consciência para a resistência. Os oprimidos devem vir a conhecer as profundas incertezas inerentes ao saber, sem que isso leve a um ceticismo debilitante[...].

Conforme deixa transparecer o autor, o Estado capitalista não oferecerá aos oprimidos, nem o esclarecimento, nem as condições materiais e culturais necessários para que se percebam *hospedeiros do opressor*. Porém, utilizará de artifícios estruturais bem enraizados historicamente na sociedade para desarticular a capacidade do oprimido de se libertar. De acordo com Aguiar; Bollmann (2011, p. 63), serão os próprios oprimidos que deverão tomar consciência de seu estágio de opressão e se organizarem. Nesse cenário de opressão, poderão surgir novos e diversos movimentos sociais de luta e resistência em prol da conquista de direitos inalienáveis à dignidade humana.

Segundo Aguiar; Bollmann (2011, p. 63), vários são os elementos que contribuem para identificar um movimento social, entre eles “a consciência da situação de opressão relacionada à perspectiva de reprodução ou de transformação social [...]”. Nessa direção de lutar contra a opressão, contra à injustiça social e à resistente luta pela liberdade de expressão de diversas culturas, o Senhor R, líder quilombola, deixou transparecer, em sua narrativa, o seu engajamento e sua capacidade em estabelecer diálogo com diferentes movimentos sociais de sua região:

Hoje temos um espaço reconhecido [...] como resistência cultural, resistência musical, da capoeira, da percussão, da umbanda, não somente da cultura afro-brasileira, mas também em relação à resistência à injustiça social. (Senhor R)

Esse engajamento com os movimentos sociais, certamente, contribuiu para que se ampliasse sua conscientização e reconhecimento do seu estado de opressão. Mesmo porque, o envolvimento de um cidadão na militância de um movimento social, pode oferecer oportunidades e esclarecimentos construídos no bojo das discussões e das lutas, para que ele se perceba como oprimido e amplie sua conscientização e faculdades mentais em direção à reflexão crítica, não se deixando levar por discursos oportunistas e nem se deixando dominar por ideias rasas e sem fundamentação científica do senso comum e da classe dominante. Visto que os movimentos sociais são “[...] sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural[...] têm nos direitos a fonte de inspiração para a construção de sua identidade” (GOHN 2010b, p. 14).

Entretanto, os aparelhos reguladores da sociedade, como escola, religião e mídia, em sua historicidade, não têm revelado pleno interesse de transformação/alteração do *status quo* vigente. “Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela (FREIRE, 2001, p. 38). Nesse sentido, é recomendável que os cidadãos tenham condições de frequentar e estabelecer diálogos com outras instâncias de comunicação e formação, dentre elas podemos citar, os movimentos sociais e as universidades públicas, comprometidas em resistir ao domínio do grande capital e envolvidas na militância em prol da resistência necessária para que se estabeleça, plenamente, a garantia do estado de direito e da dignidade humana.

Esse diálogo estabelecido com a universidade foi expresso pelo nosso entrevistado, Senhor R, ao relatar que nas programações culturais realizadas em seu quilombo, eram

convidados palestrantes vinculados à universidade pública. Isso demonstra que é possível se estabelecer parcerias que envolvam moradores de assentamentos quilombolas, assentamentos indígenas, pescadores, diferentes Organismos Não Governamentais (ONGs), associações de moradores, com movimentos sociais e universidades. Para finalizar, não podemos deixar de lembrar que a pesquisa desenvolvida na universidade, cumpre seu papel, apenas quando contribui para conscientizar, aliviar o sofrimento e libertar os homens. Sendo, “[...] que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se” [...] (FREIRE, 2001, p.55).

Portanto, não poderá haver o reconhecimento da condição de oprimido por parte dos indivíduos, sem que haja conscientização, e, sem conscientização, não poderá haver liberdade.

Palavras-chave: Paulo Freire. Conscientização. Oprimido. Sujeitos Jovens e Adultos

Referências bibliográficas:

AGUIAR, Leticia Carneiro; BOLLMANN, Maria da Graça Nobrega. Movimentos sociais em educação e suas contribuições a política educacional brasileira. In: TEODORO, Antonio JEZINE, Edineide (org.) *Movimentos sociais e educação de adultos na Ibero-America. Lutas e desafios*. Brasília Liber livro, 2011. (p. 61-80).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 30 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

GLASS, Ronald David. Revisitando os Fundamentos da Educação para a Libertação: o legado de Paulo Freire. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 831-851, jul./set. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Último acesso: 22 de maio de 2021.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010b.

SAWAIA, Baden. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão*. 2. ed. Petrópolis: editora vozes, 2001

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro, Lamparina editora, 2004.

